

A recuperação do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre

Ao se examinarem as informações estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) do período 1993-2012, dois movimentos distintos aparecem nitidamente: um de contração de oportunidades do nível do emprego formal na década de 90, e outro de expansão dos postos de trabalho com vínculos formais, em maior proporção que os vínculos informais, na primeira década do século XXI. De fato, o desempenho favorável da ocupação a partir de 2000 deveu-se sobremaneira ao crescimento do emprego assalariado do setor privado com carteira de trabalho assinada. Com esse resultado, inverteu-se a tendência à precarização do trabalho evidenciada nos anos 90, quando se registrou uma variação positiva de apenas 0,3% no total de ocupações assalariadas formais entre 1993 e 1998, passando-se para um crescimento de 26,4% entre 1999 e 2007 e de 18,4% entre 2008 e 2012, um ganho substancial para o emprego formalizado nesse período. Note-se que, mesmo com a crise econômico-financeira de 2008, essa trajetória favorável não se viu interrompida.

Portanto a retomada do crescimento do contingente de trabalhadores formais na segunda década em estudo é uma das marcas contundentes das mudanças recentes no mercado de trabalho regional. Assim, no decorrer deste texto, serão analisados três aspectos que merecem destaque no período 1999-2012: a expressiva ampliação do emprego formal em setores que apresentam, tradicionalmente, condições mais precárias de inserção ocupacional, tais como a construção civil, o comércio e os serviços; a melhoria da qualidade do emprego; e a diminuição da desigualdade de rendimentos entre os assalariados do setor privado.

O primeiro ponto a destacar refere-se à maior formalização do emprego justamente em setores que têm apresentado elevadas parcelas de trabalhadores com inserção ocupacional mais precária — emprego sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores autônomos, dentre outros. Nesse sentido e tendo em vista que, na indústria de transformação, predomina a formalização dos contratos de trabalho, percebe-se uma alteração na distribuição do emprego formal, pois esse tipo de contrato apresentou crescimento proporcionalmente maior na construção civil, no comércio e nos serviços, *vis-à-vis* à indústria de transformação. De fato, considerando-se o aumento nos contingentes de assalariados, foi o setor de serviços o que mais gerou postos de trabalho com carteira assinada entre 1999 e

2010¹ — 152 mil empregos, contra 65 mil do comércio, 44 mil da indústria de transformação e 15 mil da construção civil.

Note-se, entretanto, que o setor de serviços foi também o que mais gerou empregos sem carteira assinada, uma vez que, do total de 26 mil novas ocupações sem carteira, 21 mil foram nesse setor.

No entanto, é a análise das variações relativas que melhor dá conta dessas mudanças na composição setorial do emprego assalariado com carteira assinada no setor privado. Por esse prisma, verifica-se que a tendência à formalização se deu com maior intensidade no setor da construção civil, com um crescimento dessa modalidade de emprego de 62,5%, seguido pelo comércio (61,3%) e pelos serviços (60,3%). Na indústria de transformação, o crescimento foi bem menor, de 23,3%, no período entre 1999 e 2010.

O segundo ponto a destacar relaciona-se com o tema sobre a qualidade do emprego, isso porque a qualidade da ocupação tem um forte impacto no bem-estar dos trabalhadores, o que, por si só, a torna uma questão relevante. De fato, para a maioria das pessoas empregadas, o trabalho ocupa grande parte do seu tempo disponível, sendo elemento primordial para a satisfação de suas necessidades. Desse modo, melhorar a qualidade do emprego contribui diretamente para o bem-estar dos trabalhadores e de seus familiares.

A esse respeito, com base nos dados da Pesquisa, podem-se constatar evidências da melhoria da qualidade do emprego. Assim, ao se analisarem as informações para o período 1999-2012, observa-se que a geração de novos postos de trabalho se deu, preponderantemente, no emprego formalizado do setor privado (81,0% com carteira face aos 2,6% sem carteira). Saliente-se que o crescimento do assalariamento com carteira assinada tem consequências importantes, dado que a carteira não é apenas um contrato entre trabalhador e empregador, mas implica também o registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, que dá acesso a direitos e benefícios estipulados pela legislação trabalhista e previdenciária.

Ademais, outro aspecto que indica a melhoria da qualidade do emprego é a análise da dinâmica de seu crescimento por tamanho das empresas. Nesse particular, dados da PED-RMPA para o período 1999-2012 assinalam aumento mais expres-

¹ A partir de 2011, houve alteração na forma de captação do setor de atividade, ocorrendo, assim, uma descontinuidade da série a partir de janeiro de 2011.

sivo de ocupados com carteira assinada nas empresas de maior porte: de 100 a 499 empregados (70,4%) e de 500 e mais empregados (68,0%). Esse fato evidencia uma melhor estruturação e organização do mercado de trabalho, uma vez que as empresas maiores possuem melhores condições de oferecer empregos de qualidade e de diminuir a persistente deterioração e a inserção precária dos trabalhadores no mercado de trabalho, visto que os assalariados sem carteira assinada concentraram-se nas empresas entre um e 49 empregados.

Saliente-se que essa trajetória positiva não sofreu solução de continuidade com a crise financeira de 2008, haja vista que, no período de 2008-12, continuou o movimento de expansão das ocupações formais, sem perder praticamente a intensidade de crescimento que vinha tendo no período anterior. Assim, observa-se que o incremento da ocupação assalariada com carteira assinada do setor privado evoluiu de 3,9% em 2008-09 para 6,1% em 2009-10, 6,6% em 2010-11, sendo menos intenso e de apenas 0,8% em 2011-12. Em sentido contrário, entre 2008 e 2012, houve perdas de 16,1% entre os assalariados sem carteira assinada, de 8,5% entre os autônomos e de 6,9% para os empregados domésticos e outros, ou seja, as categorias ocupacionais mais desprotegidas e de inserção precária foram as que mais se retraíram com a desaceleração econômica e seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho.

Outro aspecto que, de certo modo, se contrapõe à evolução favorável do emprego no período em foco é a constatação de que a maior parte das ocupações com carteira assinada se situou nas faixas de rendimento mais baixo, de um a menos de três salários mínimos. Já os assalariados sem car-

teira encontravam-se, em grande medida, nas faixas salariais de menos de dois salários mínimos. Esse resultado está possivelmente associado à maior ampliação do emprego assalariado nos setores da construção civil, comércio e serviços, cujas remunerações são geralmente mais baixas do que na indústria de transformação.

Finalmente, vale ainda indagar se a situação favorável do emprego formal foi acompanhada de uma melhoria salarial. Nesse sentido, ao se examinar a evolução do rendimento médio real dos ocupados no trabalho principal, verifica-se que houve um ganho total de 2,6% entre 1999 e 2012. Nesse mesmo período, os assalariados do setor privado com carteira registraram variação positiva de salário de apenas 0,13%.

A esse respeito, constata-se, para os assalariados com carteira assinada, uma tendência de ganhos reais de salário a partir de 2004, apesar de não terem logrado recuperar totalmente as perdas havidas entre 1999 e 2003. Já para os assalariados sem carteira assinada, a trajetória foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Esse fato positivo acarretou diminuição do diferencial de salários entre essas duas categorias de trabalhadores.

Assim, esse conjunto de fatores positivos observados — elevação do emprego formal, melhoria da qualidade do emprego e dos salários médios reais, especialmente, desde 2004 — indica também uma retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho regional, que precisa ser continuado e aprofundado, a fim de reduzir os níveis de precariedade ainda existentes entre os trabalhadores.

Estimativa da ocupação, por posição na ocupação, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1993-2012

(1.000 pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	1993	1998	1999	2007	2008	2012	VARIAÇÕES ABSOLUTAS			VARIAÇÕES RELATIVAS (%)		
							1998	2007	2012	1998	2007	2012
							1993	1999	2008	1993	1999	2008
Ocupados	1.254	1.325	1.349	1.570	1.668	1.771	71	221	103	5,7	16,4	6,2
Assalariados (1)	852	841	852	1.065	1.128	1.255	-11	213	127	-1,3	25,0	11,3
Assalariados do setor público (2)	190	167	162	193	203	212	-23	31	9	-12,1	19,1	4,4
Assalariados do setor privado	662	674	690	871	925	1042	12	181	117	1,8	26,2	12,6
Com carteira assinada	574	576	571	722	770	912	2	151	142	0,3	26,4	18,4
Sem carteira assinada	88	98	119	149	155	130	10	30	-25	11,4	25,2	-16,1
Autônomos	207	242	255	259	271	248	35	4	-23	16,9	1,6	-8,5
Empregados domésticos	76	101	103	105	102	95	25	2	-7	32,9	1,9	-6,9
Outros (3)	119	141	139	141	167	173	22	2	6	18,5	1,4	3,6

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Excluem empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Englobam empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc. (3) Englobam empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

Alejandro Kuajara Arandia
Economista, Pesquisador da FEE